



## **RESUMO E CITAÇÕES DO TRABALHO REALIZADO PELA**

### **COMISSÃO ESPECIAL DO SENADO FEDERAL**

**PARA A DÍVIDA EXTERNA - 1987/1988**

#### **CONTEXTO HISTÓRICO:**

Em fevereiro de 1987, o governo brasileiro decretou moratória unilateral, que significou a suspensão do pagamento dos juros relativos à dívida externa de médio e longo prazos junto aos bancos privados internacionais. Os juros relativos aos créditos comerciais e depósitos interbancários (dívida de curto prazo) e às dívidas junto aos organismos multilaterais e do Clube de Paris continuariam sendo pagos normalmente.

Os responsáveis por esta decisão, à época (Ministro Dilson Funaro e sua equipe), entendiam que esta seria *"a única resposta consistente com a defesa da independência do país"* (Paulo Nogueira Batista Jr, "A Economia como ela é...", pág. 355), que convivia com grande expansão de consumo interno e apreciação real da taxa de câmbio decorrentes da implementação do Plano Cruzado lançado no ano anterior, e ainda se encontrava com as reservas cambiais em níveis baixíssimos.

No exterior, é evidente que a suspensão dos pagamentos não agradou, mas *"alguns credores bancários (liderados pelo Citicorp em maio de 1987) decidiram aumentar de forma acentuada as suas provisões contra créditos duvidosos. Essas ações envolveram grandes perdas contábeis e a admissão tácita pelos bancos de que eles não esperavam o repagamento integral"* (Economista americano Paul Krugman, citado por Paulo Nogueira Batista Jr, "A Economia como ela é...", pág. 356).

Ao invés de aproveitar essa oportunidade e negociar soberanamente as nossas dívidas, os novos responsáveis pelas negociações (Ministro da Fazenda Bresser Pereira, seguido por Mailson da Nóbrega e respectivas equipes) retomaram o pagamento das

elevadas parcelas de juros, em 1988. Logo após, em 1989, o País já se encontrava novamente diante de grandes dificuldades para honrar os compromissos que decorreram dos péssimos acordos feitos poucos meses antes.

Ainda no ano de 1987, no mês de março, o Congresso Nacional constituiu uma Comissão Especial, cujo objetivo era *“examinar a questão da dívida externa brasileira e avaliar as razões que levaram o Governo a suspender o pagamento dos encargos financeiros dela decorrentes, nos planos interno e externo”*. O Relator desta Comissão Especial era o Senador Fernando Henrique Cardoso.

O Relatório da Comissão foi apresentado em março de 1988 e passou por 3 Ministros da Fazenda: Dilson Funaro, Bresser Pereira e Mailson da Nóbrega.

Apresentamos, a seguir, alguns trechos do Relatório da citada Comissão Especial, cujas conclusões foram **ignoradas de modo irresponsável e consciente nos acordos celebrados posteriormente, demonstrando que os interesses da Nação ficaram, historicamente, relegados a segundo plano em relação aos interesses dos credores internacionais.**

Os sub-títulos seguem a mesma organização do mencionado relatório sob exame.

### **TRECHOS DO RELATÓRIO DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1988):**

#### **APRESENTAÇÃO:**

Palavras do Relator FHC:

*“Tive a oportunidade de dizer aos representantes do Congresso norte-americano que pode parecer estranho a algumas pessoas afeitas à negociação internacional o fato de que nós hoje, no Brasil, insistimos muito que o ponto de partida para qualquer negociação é a necessidade da continuidade do crescimento econômico do País. Mas essa convicção, que se foi formando ao longo dos anos, está enraizada naquilo que é fundamental para nós brasileiros, ou seja, em **dois compromissos que são anteriores aos compromissos econômicos. Temos um compromisso político que é o de manter a democracia, e um compromisso social que é o de acabar com a miséria no Brasil.**”*

*Nem um nem outro poderá ter uma consecução adequada se não formos capazes, também de negociar com firmeza os nossos interesses no que diz respeito à dívida. Não é exagero dizer que o que poderá vir a acontecer no Brasil daqui para a frente - a política de crescimento, a política de distribuição de renda, a continuidade de uma política democrática - tudo isso irá depender, em larga medida, do nosso êxito na renegociação da dívida.” (Página 3)*

Depreende-se que o atual dirigente da Nação tinha plena consciência da importância da questão da dívida e das consequências que poderiam advir caso não se enfrentasse com responsabilidade a sua renegociação fundamentada no interesse nacional. De fato, o ilustre Relator denunciava o desastre e a crítica situação a ser enfrentada pelo País em razão de seu elevado endividamento, e que acabou sendo confirmada logo a seguir, principalmente em seu governo, vindo a comprometer nosso desenvolvimento e agravando, de forma acentuada, nossa distribuição de renda, considerada a pior do mundo. Além disso, ficamos reféns do capital financeiro e de um processo de endividamento, que absorve parte expressiva dos nossos recursos, vindo a comprometer o futuro do País e pondo em risco nossa soberania.

## **I - DO PROCESSO DE ENDIVIDAMENTO EXTERNO À MORATÓRIA**

### **1. O ENDIVIDAMENTO NOS ANOS 70**

Havia plena consciência quanto à co-responsabilidade dos credores internacionais, e que cerca de  $\frac{1}{4}$  da dívida externa brasileira referia-se a juros sobre juros, em decorrência da alteração da taxa de juros pelos Estados Unidos, significando antecipação de pagamento do principal, o que obrigatoriamente teria que ter sido levado em consideração nas negociações, mas não houve quem tivesse a garra suficiente para defender os nossos interesses:

***...“O possível confronto entre os países produtores-exportadores e os países consumidores de petróleo foi evitado, assim, pelo endividamento dos países em desenvolvimento, através da reciclagem dos petrodólares.” (página 6)***

**"O engajamento dos países em desenvolvimento nesse processo foi possibilitado, obviamente, pelos bancos internacionais, que concediam os empréstimos; endossado pelo FMI, que acompanhava e avaliava, anualmente, as economias dos seus membros; e, encorajado pelos governos dos países credores, que deram apoio político à estratégia de crescimento econômico com financiamento externo. Torna-se evidente, desta perspectiva, que a crise da dívida externa do Terceiro Mundo envolve a co-responsabilidade dos devedores e dos credores."** (página 6)

"De 1974 a 1978 ... a oferta de petrodólares abundava permitindo ao Brasil não só rolar sua dívida como obter, sem maiores dificuldades, dinheiro novo dos banqueiros. **A estratégia do II PND encaixava-se como uma luva nas condições do mercado financeiro internacional. ... A equação do setor externo da economia fechava-se basicamente com a venda de projetos do Governo aos banqueiros internacionais.**" "A execução dessa estratégia pelo Governo Geisel, em cujo comando econômico estavam o Prof Mário Henrique Simonsen (Ministro da Fazenda) e o Sr. João Paulo dos Reis Velloso (Ministro do Planejamento), elevou a dívida externa bruta registrada de US\$12,5 bilhões em 1973 para US\$43,5 bilhões em dezembro de 1978" (Página 7)

"O quadro externo começou a sofrer alterações a partir do chamado segundo choque do petróleo em 1979." (Página 7)

"Embora as economias centrais tenham sido administradas com rédeas curtas após o segundo choque do petróleo, os países em desenvolvimento iniciaram os anos 80 às voltas com uma crise que, diferentemente das tradicionais, não refletia uma crise de centro, mas sim a **elevação das taxas de juros provocada pelos Estados Unidos**. A América Latina, em especial, após um período continuado de crescimento de 6% ao ano, na média, foi lançada pelo choque dos juros num período de estagflação que se prolonga até o presente." (Página 8)

**"Como os débitos externos brasileiros haviam sido contratados basicamente a taxas de juros flutuantes, o choque dos juros provocou uma elevação da dívida sem contrapartida real de bens e serviços. A**

***partir desse momento, a dívida externa brasileira assume um caráter eminentemente financeiro: os novos empréstimos na verdade, são obtidos para rolar em grande medida e a nível agregado os juros e as amortizações.***” (Página 8)

“... A diferença, porém, é que o impacto dos juros sobre juros elevou a dívida bruta de US\$43,5 bilhões em fins de 1978 para US\$70,2 bilhões em dezembro de 1982. A contrapartida real de bens e serviços não-fatores nesse período foi de apenas 14,9 bilhões de dólares, como veremos em seguida.” (Página 9)

“Simulações do Banco Central, com base nas condições contratuais da dívida registrada e não registrada e em hipóteses razoáveis sobre taxas de juros (“libor” real média da ordem de 1,49% ao ano em 1960/79) e prazos de amortização (média de 57 meses para o período de 1980/85) sugerem que o “efeito da alta de juros” entre 1979-86 sobre o estoque da dívida acumulado até 1986 é da ordem de US\$24,8 bilhões de dólares. Grosso modo, ***pode-se afirmar que cerca de ¼ da dívida externa brasileira referem-se a juros sobre juros, sem qualquer contrapartida real de bens e serviços para o país.***” (Página 10)

“A partir de 1983, a questão da dívida adquire nova dimensão. Segundo a Programação do Setor Externo (PSE) submetida pelo Brasil aos banqueiros em Nova York em dezembro de 1982, a economia brasileira é direcionada para a obtenção de US\$6 bilhões de superávit comercial, com uma previsão de déficit em transações correntes de US\$6,5 bilhões. Como os juros dos débitos externos previstos para 1983 estava na casados US\$10 bilhões, ***fica claro que a partir desse momento o Brasil marchava para a chamada “transferência líquida de recursos reais para o exterior”, com o fim específico de servir aos credores externos.***” (Página 11)

“... ***como pode um país pobre, de repente, passar a financiar os países ricos, transformando-se de importador em exportador de capitais?***” (Página 11)

## **2. A CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL**

Havia pleno conhecimento das verdadeiras "jogadas" que ocorriam no cenário internacional, através das quais se solucionava o problema do déficit americano; o FMI empurrava o problema para os bancos e estes, por sua vez, arrancavam seus ganhos dos países em desenvolvimento:

*"Os dois primeiros anos do Governo Reagan (1981-82) foram marcados, nesse contexto, por uma total incompreensão da dimensão da questão da dívida externa para os países pobres. Nesse período, **as taxas de juros internacionais atingiram patamares jamais alcançados - a prime rate chegou a 21% em 1981** (18,83%, média anual) - puxadas pelos deságios dos títulos públicos norte-americanos (treasurybonds)".* (Página 12)

*"A posição norte-americana na reunião do FMI realizada no Canadá em setembro de 1982 foi de não aceitar o aumento das quotas dos membros naquela instituição, sinalizando aos bancos que **a eles caberia a tarefa de equacionar o problema da dívida.**"* (Página 13)

*"... **os banqueiros internacionais impuseram aos países endividados a inversão da equação de seus balanços de pagamentos.....** Em outras palavras, num primeiro momento, para cada dólar de juro devido o país geraria cinquenta centavos de dólar aos banqueiros. Num segundo momento, a partir de 1984, o país pagaria integralmente os juros. Nesse período o Brasil recorreria ao FMI que, para conceder empréstimos do tipo "stand by", exige o monitoramento da economia." (Página 13)*

*"Do ponto de vista dos credores, o Brasil teve um excelente desempenho: dos US\$6 bilhões de superávit comercial de 1983, passou a US\$13 bilhões em 1984 e, dessa forma, cobriu os juros devidos. **Internamente, porém, a recessão foi profunda e com custos sociais elevadíssimos: estima-se que cerca de 5 milhões de trabalhadores do setor formal foram lançados no desemprego. Foi seguramente a recessão mais violenta da economia brasileira.**"* (Páginas 13 e 14)

*" O resultado desse desarranjo global (interno e externo) é que **a sociedade vem bancando a substituição dos encargos da dívida pública externa (que passou do setor privado para o público) pela elevação exacerbada***

**da dívida pública interna**, através de taxas inflacionárias incompatíveis com qualquer forma de organização social da produção e da distribuição de bens e riqueza.” (Página 14)

### **3. A MORATÓRIA EXTERNA**

A oportunidade para uma renegociação soberana da dívida brasileira acabou frustrada com a precipitada renúncia do ministro Funaro, e a retomada dos pagamentos aos credores poucos meses após ter sido decretada a moratória.

*“A exacerbação do consumo interno (“euforia do cruzado”), combinada ao congelamento do câmbio, fez com que os saldos comerciais do país sofressem uma inflexão a partir de junho/julho daquele ano. As reservas cambiais foram parcialmente utilizadas para financiar a importação de alimentos....”* (Página 15)

*“Diante desse quadro, o governo brasileiro declarou, em 20 de fevereiro de 1987, a suspensão do pagamento dos juros aos bancos privados, relativos à dívida externa de médio e longo prazos. Os juros relativos aos créditos comerciais e depósitos interbancários (dívida de curto prazo) e às dívidas junto aos organismos multilaterais e do Clube de Paris continuariam sendo pagos normalmente. Com isso, o governo protegeria as escassas reservas do país (daí o sentido da chamada “moratória técnica”) e forçaria os bancos privados a negociar um acordo de médio prazo.”* (Página 16/17)

### **4. O PERFIL DA DÍVIDA EXTERNA**

Admitiu-se, explicitamente, a utilização deliberada das empresas estatais, para se obter empréstimos no exterior, visando “fechar” nosso Balanço do Pagamentos:

*“Nos últimos dez anos a dívida externa brasileira sofreu um processo crescente de desestatização. No início do processo de endividamento a presença do Estado foi marcante. Por um lado, os grandes projetos nacionais dos anos 70 pertenciam ao setor produtivo estatal (petróleo, energia, siderurgia). Por outro lado, a participação do setor público no processo era também de interesse dos*

*banqueiros. Todavia, à medida em que, a nível macroeconômico, o governo necessitava de recursos para "fechar" o balanço de pagamentos, as empresas estatais foram deliberadamente utilizadas nas operações. Àquela altura não importava a necessidade de recursos para o setor público, mas o fechamento das contas externas. As empresas estatais eram obrigadas pelo governo a fazer novos empréstimos, não para investir, mas para fazer face às necessidades de equilibrar as contas externas."* (Página 17/18)

## **5. OBSERVAÇÕES FINAIS**

*"a) cerca de ¼ da atual dívida externa registrada do Brasil refere-se ao efeito da alta das taxas de juros internacionais sobre o estoque da dívida efetivo. Portanto, aproximadamente US\$25 bilhões não entraram no país sob a forma de bens e de serviços externos. Refere-se exclusivamente a juros e spreads sobre juros e spreads."* (Página 19/20)

*"b) a participação do setor público no processo de endividamento externo nos anos 70 foi marcante, tanto pelos projetos públicos do II PND como pelo interesse desse comprometimento por parte dos banqueiros internacionais. Ademais, as empresas estatais foram deliberadamente utilizadas no levantamento de empréstimos externos, não necessariamente com a finalidade de financiar seus investimentos, mas com o objetivo de captar recursos para o fechamento do balanço de pagamentos. .... Os encargos dos serviços da dívida pública externa, bem como os da dívida privada pós-moratória vêm sendo bancados pela sociedade como um todo, através da elevação da dívida pública interna e, conseqüentemente, do aumento real inusitado da taxa de juros e da própria inflação."* (página 20)

*"c) O Brasil pagou US\$42,9 bilhões de juros à comunidade financeira internacional no período de 1983-86, sem um centavo de dinheiro novo, e, no entanto, a dívida externa registrada cresceu de US\$70,2 bilhões em 1982 para US\$101,2 bilhões em 1986, com previsão de US\$105,0 bilhões para fins de 1987."* (Página 20)



"d) a transferência de recursos reais acima citada corresponde, na média, a 20% ao ano da poupança nacional e a 4,1 % do PIB. **Trata-se de cifra superior à da histórica transferência da Alemanha na segunda metade dos anos 20 para cobrir reparações de guerra, com resultados políticos conhecidos: a destruição da democracia naquele país.**" (página 21)

"e) o Brasil provou à comunidade financeira que é capaz de gerar excedentes comerciais e que, portanto, em condições normais, é capaz de saldar seus compromissos. De país deficitário em sua balança comercial alcançamos o terceiro maior superávit do mundo." (página 21)

"f) a repetição da experiência recessiva do período 1981-83 é inaceitável, pois comprometeu o desempenho da economia brasileira pelo resto da década. No período de 1980-85 a renda per capita caiu 13,5%.O quadro de estagnação econômica do Brasil nos anos 80 é irreversível, mesmo que tenhamos o crescimento médio de 5% nos próximos 2 anos."

Selecionamos, a seguir, alguns trechos de depoimentos que ilustram o quanto a Dívida nos torna reféns e o quanto temos servido aos interesses internacionais, desde sempre. Ressaltamos as palavras do Senador Aluísio Bezerra, que defendeu **"um maior endurecimento por parte do Brasil, o que deveria ser feito através de uma discussão mais aprofundada e criação de uma base social de sustentação para as posições do País"** o que talvez possa estar nascendo a partir destas discussões em torno da Auditoria Cidadã que pretendemos realizar.

## **II - DEPOIMENTO DO EX-MINISTRO DILSON FUNARO**

"Embora a discussão da dívida sempre envolva aspectos técnicos, disse o ex-Ministro, ela é uma discussão essencialmente política. Por ser assim, a postura brasileira durante sua gestão foi a de **lembrar aos demais países que a responsabilidade pela crise atual pertencia mais aos credores do que aos devedores.** Isto faria do Sr. Funaro o primeiro Ministro da Fazenda brasileiro a enfatizar o lado político." (Página 31)

**"O caso do Brasil é ilustrativo. De 1982 a 1984, o país chegou a experimentar índices negativos de crescimento e a transferir, em 1984, 6,3% do PIB para o exterior."** (Página 31)

*"... crise de 1982 que, até hoje, foi ignorada pelos credores, deixada como se fosse uma grande crise dos países devedores, mais de 70 nações, todas recebendo o mesmo tipo de monitoramento contrário à sua economia: "exporte mais e faça pagamentos à altura das necessidades de servir a seu débito".* (Página 34)

**"O Brasil é uma nação que não está discutindo lá fora um empréstimo; está discutindo o futuro dos brasileiros. A nação não foi lá fora negociar com os governos, com as entidades internacionais e com os próprios banqueiros privados como apenas uma empresa que precisa de um crédito - é uma nação que está discutindo o futuro desenvolvimento, a modernização, e se o processo industrial brasileiro, que fez da nossa economia a oitava do mundo, vai ser mantido ou vai ser sucateado nos próximos anos. É isso que está em jogo."**(Página 34)

#### **Trechos do DEBATE entre os Senadores e o ex-ministro Dilson Funaro:**

*"O Senador Fernando Henrique Cardoso, preocupado em deslindar a composição da dívida, quis saber o quanto dela se devia a remessas disfarçadas e sub ou superfaturamentos por parte das corporações multinacionais. Remessas disfarçadas e sub ou superfaturamentos certamente existem, respondeu o Sr. Funaro, e a CACEX busca sempre fazer um controle rígido sobre isso. Seu efeito sobre a dívida, no entanto, não lhe parecia ter sido grande ou significativo".* (Página 39)

*"Para o Senador Jamil Haddad o Executivo brasileiro teria, desde o Governo Médici, usurpado funções próprias e indelegáveis do Congresso Nacional no que diz respeito à contratação de empréstimos externos. Que parcela da dívida seria indevida em face de tais irregularidades? Em resposta, o ex-Ministro limitou-se a observar que o importante sobre a dívida são os juros..."* (Página 40)

**"O Senador Leite Chaves levantou outro aspecto do tema, referindo-se ao princípio geral de Direito segundo o qual, toda vez que uma cláusula contratual fica condicionada ao arbítrio de uma das partes essa cláusula é nula. A alta exorbitante dos juros encaixar-se-ia nesse princípio. Houve denúncia do Brasil, ou qualquer outro país, com relação a isso? Na verdade, nunca houve por parte de nenhum governo denúncia oficial de contratos em função da alta dos juros. A razão disso, segundo o Sr. Funaro, é que a flutuação dos juros ocorre em função do mercado e não em função do arbítrio das partes."** (Página 40)

**"Para o Senador Aluízio Bezerra, no entanto, o enfrentamento com o sistema financeiro internacional era "gigantesco" e as negociações dentro dos moldes anteriores não seriam capazes de resolver a crise. O enfrentamento, no seu entender, exigia um maior endurecimento por parte do Brasil, o que deveria ser feito através de uma discussão mais aprofundada e criação de uma base social de sustentação para as posições do País."** (Página 42)

**"Não seria interessante por isso mesmo, indagou o Senador Carlos Chiarelli, nós termos condições de agir conjuntamente com os demais países devedores no sentido de obtermos melhores condições, dentro da idéia da mudança da ordem econômica, de que não se trata apenas da relação país-país mas de um enfoque mais amplo: países ricos, países pobres?" O Senador Jamil Haddad disse que tinha uma visão diferente: "Eu acho que para se combater um cartel de credores, há de se ter um cartel de devedores, caso contrário a balança desequilibra violentamente contra estes."** Funaro discordou dos Senadores. (Página 43)

### **III - VIAGEM DA COMISSÃO AOS ESTADOS UNIDOS**

Esta parte do relatório trata de conversas de membros da Comissão com autoridades monetárias, banqueiros, políticos e acadêmicos, que aconteceram nos Estados Unidos no período de 28 de junho a 2 de julho de 1987.

Merece destaque o pronunciamento do Professor de Harvard, Jeffrey Sachs: "Se o Brasil vier a seguir uma linha moderada nas negociações e dispuser-se a retomar os pagamentos dos juros aos bancos, poderá por a perder os ganhos

*alcançados com a moratória. A moratória brasileira mudou o quadro negociador da dívida dos países em desenvolvimento e está na base da decisão dos bancos de aumentar as reservas e de diferentes iniciativas no âmbito do Congresso norte americano. Todos, exceto o Secretário do Tesouro Baker, acreditam hoje na necessidade de uma solução inovadora para a dívida, que leve em consideração o valor dos créditos no mercado secundário. Uma mudança na posição brasileira colocaria em questão estes progressos.” (Página 50/51)*

Infelizmente, os sucessores do Ministro Funaro, entregaram o jogo e acataram integralmente toda e qualquer exigência dos credores, desistindo de negociar soberanamente nossa dívida.

IV - DEPOIMENTO DO MINISTRO BRESSER PEREIRA (páginas 67 a 80)

V - A EVOLUÇÃO DAS NEGOCIAÇÕES, A PARTIR DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS À COMISSÃO PELO MINISTRO BRESSER PEREIRA E PELO PRESIDENTE DO BACEN, FERNANDO MILLIET (páginas 81 a 91)

VI - DEPOIMENTO DOS SRS. FERNANDO MILLIET E FERNÃO BRACHER (páginas 93 a 104)

VII - NOVOS RUMOS - FIM DA MORATÓRIA? (páginas 105 a 113)

VIII - DEPOIMENTO DO MINISTRO MAILSON DA NÓBREGA (página 114 a 156)

#### **UMA AVALIAÇÃO DO RELATOR** (página 157 a 161)

*No Capítulo VII tratamos dos novos rumos que a gestão Mailson Nóbrega estava dando às negociações da dívida externa. Questionamos àquela época se havíamos chegado ao fim da moratória de 27 de fevereiro de 1987 e o que é pior: “sem nenhuma vantagem que esperava dela obter pela negociação que ela induziu” (nota do Presidente e do Relator desta Comissão distribuída à imprensa em primeiro de fevereiro próximo passado).*

*A dívida que levantamos em fevereiro está confirmada pelo que se depreende da exposição que o Ministro Maílson da Nóbrega fez ao Plenário desta Casa em 25 de abril próximo passado. A negociação que ora se faz é convencional e abandona, na prática, cinco pontos fundamentais da proposta Bresser, de 25 de setembro de 1987.*

*1 - a tese de securitização;*

*2 - as salvaguardas (limites máximos para taxa de juros e procedimentos especiais para possíveis deteriorações nos termos de intercâmbio);*

*3 - financiamento de juros para o período 1987-89, no montante de US\$10,4 bilhões;*

*4 - spread zero para toda a dívida;*

*5 - "carve out" para todo o estoque de débitos.*

*No primeiro caso proceda-se a uma conversão da dívida sem a condução prévia da troca de bônus (Resolução 1416 do CMN, de 27-01-88); o Ministro acredita no mercado secundário e não avança na tese de securitização...*

*Os limites máximos para juros e perdas decorrentes de queda substancial dos termos de troca do País são questões em aberto, segundo afirmava o ministro.*

*Os bancos fizeram uma contraproposta de refinanciamento dos juros de 1987-88 no montante de US\$ 6,4 bilhões contra a proposta brasileira de US\$ 10,4 bilhões para o triênio 1987-89.*

*O monitoramento da economia pelo FMI é condição do acordo " Stand By" que o Fundo faz com qualquer País. Durante a vigência do acordo (12 ou 18 meses), o País se compromete a cumprir determinadas metas de um programa de ajustamento econômico e os desembolsos são vinculados ao desempenho daquela economia. Já vimos os efeitos desse tipo de acordo no Brasil. Ademais, a questão igualmente séria é que, nas palavras do Sr. Ministro: " O Brasil não aceita a vinculação automática entre desembolsos do fundo e desembolso dos bancos, mas admite a negociação paralela, admite que os dois se conduzam paralelamente..." (grifo nosso).*

*O ponto fundamental é que o Brasil continua sendo vitimado pelo sistema financeiro internacional, causando sérios danos econômicos e sociais ao País. Enquanto*

*não for desatado o nó da dívida externa de forma soberana, o Brasil não sairá da estagnação econômica que tem caracterizado o presente decênio (os anos 80 já estão sendo chamados de "Década Perdida", não acelerará o seu desenvolvimento à altura da revolução tecnológica desse final de século e, seguramente, não resgatará a dívida social – Não incorporará à sua economia capitalista os milhares e milhares de pobres e miseráveis.*

**A situação que ora vivemos – arrocho salarial direto dos trabalhadores no setor público e indireto de toda a força de trabalho (via eliminação do subsídio do trigo, por exemplo, sem qualquer política de renda compensatória), submissão da política econômica às regras e monitoramento do FMI, acomodação aos interesses dos grandes bancos internacionais, etc – não passa de uma encenação da inequívoca demonstração da falta de governo no País.** Não é a toa que os banqueiros acenaram com o possível reescalonamento do principal da dívida para 20 anos, 8 de carência, etc, mas no essencial – refinanciamento de juros, taxas de juros, spread, descontos, monitoramento, etc – não cederam um milímetro e se fixaram nos refinamentos de parcela dos juros (50%) apenas para este ano (1987 foi o ano da moratória e o juro terá que ser refinanciado de fato, pois o País não tem caixa para pagá-lo). Em suma, o horizonte em todas as frentes sobre o País (aqui e no exterior...) não passa de 1988: é o sinal do limite.

*Um País capitalista que ainda não se organizou politicamente para realizar coisas "triviais" como eleições diretas para Presidente da República, em plena reta final de transição do regime autoritário para democrático e que tem em seu comando um Presidente sem voto popular, não terá condições de negociar soberanamente com os credores sua gigantesca dívida externa (a maior do Terceiro Mundo). Simplesmente falta-lhe representatividade, legitimidade, enfim, autoridade – por mais boa vontade que tenha para com a Comunidade Financeira Internacional. Isso é realismo e economia não é coisa passional.*

*Para concluir, uma renegociação da dívida externa – que defenda e proteja os interesses do País no curto, médio e longo prazos – passa, necessariamente, por uma reforma estrutural doméstica (da eliminação de subsídios, na ineficiência dos gastos governamentais, da reforma institucional nos setores públicos e financeiros, etc), cujo vulto excede as possibilidades do governo que hoje temos.*

*Portanto, este Relatório propõe à CEDEB os seguintes pontos:*

- 1 - *que a CEDEB comunique diretamente ao Presidente da República a estranheza de seus membros à forma de encaminhamento das negociações externas, especialmente o retorno ao FMI e a suspensão da moratória sem vantagem palpáveis para o País;*
- 2 - *que a CEDEB esclareça à nação sobre o que há de novo no "emboglio" da dívida/negociação e o papel reservado ao Poder legislativo nos termos da Constituição vigente e da nova carta sobre a matéria;*
- 3 - *que o CEDEB promova um debate com autoridades nacionais e internacionais sobre o assunto, no sentido de desprovincializar interpretações e de originar o encaminhamento de soluções adequadas à questão da dívida;*
- 4- *que a CEDEB insista na retomada do fluxo regular de informações dos negociadores brasileiros aos membros da Comissão e, por essa via, ao Poder Legislativo;*
- 5 - *que a CEDEB continue acompanhando as negociações, alertando o Executivo e o País para o desvio que os acordos possam, eventualmente, trazer à meta fundamental do país: crescer sua economia para garantir o desenvolvimento social;*
- 6 - *que a CEDEB, como fez na gestão Bresser Pereira, não se negue a dar sustentação legislativa a medidas de negociação que tenha sido discutidas com ela e possam, efetivamente, ajudar a negociação soberana da dívida externa, o que, infelizmente, não tem ocorrido na atual fase da gestão de nossa economia.*

### **CONCLUSÕES** (páginas 163 a 170)

1. *A ampliação do endividamento externo foi uma opção de política econômica adotada durante o Governo Geisel, na gestão do Prof. Mário Henrique Simonsen e do Sr. João Paulo dos Reis Veloso, como meio para financiar a expansão do processo de substituição de importações;*

2. *A partir de 1979 a situação se agravou em decorrência da alta dos preços do petróleo no mercado internacional e devido ao aumento inusitado das taxas de juros por parte dos Estados Unidos;*
3. *Prática abusiva de contratos sob a cláusula leonina dos "juros flutuantes", a partir de 1971. ¼ da dívida brasileira se deve à elevação das taxas de juros, que não corresponderam a um investimento real no país. Deterioração dos termos de troca, pois o mercado secundário de títulos brasileiros no exterior opera com um deságio de 50% do valor de face.*
4. *"Não fosse esse aspecto, já de si grave, da extorsão financeira a que o país está submetido e que, queiram ou não, chama a responsabilidade dos credores para a situação atual, cabe ressaltar que os bancos continuaram emprestando e estimulando empréstimos aos países subdesenvolvidos quando já era evidente que a dívida criaria situações de insolvabilidade. Daí os "spreads" e "fees" cobrados pelos bancos para que o risco fosse coberto por antecipação." (página 164)*
5. *"A partir desta situação o processo de transferência real de recursos do Brasil para o exterior inverteu a expectativa quanto ao papel do capital externo no processo de desenvolvimento: passamos a transferir recursos para o exterior ao invés de recebê-los." (página 164)*
6. *A partir de 1982, o Ministro Delfim Netto assumiu o compromisso com o FMI de aumentar o superávit da balança comercial, impondo uma política recessionista, que levou milhões de brasileiros ao desemprego. O serviço da dívida externa é transformado em dívida interna pública, seja através da colocação de títulos públicos ou emissão desmesurada de moeda. A sociedade paga a conta através da inflação.*
7. *O endividamento externo passou a ditar toda a política econômica do país, transformando-o em exportador de capitais.*
8. *A análise da política do Governo Sarney com relação à dívida externa mostrou grande descontinuidade, passando por Dornelles (moldes clássicos); Funaro (aspecto político da negociação, busca de nova ordem econômica internacional); Bresser (reatamento dos entendimentos com banqueiros e FMI); Mailson (novo acordo, deixando de lado os pressupostos de negociação há pouco considerados indispensáveis pelo próprio governo Sarney).*



9. *A partir de Mailson se faz "pagamentos de juros com prejuízo das reservas, abre-se mão da consistência em uma negociação que livrasse o país de a cada ano voltar aos bancos e parece que se aceita uma negociação simultânea com os bancos e o FMI."*
10. *O governo toma medidas imediatistas. Abdica-se de encontrar uma solução negociada de longo prazo para o problema da dívida externa, de acordo com a nossa capacidade de pagamento.*
11. *Questiona-se: "Tendo havido o abandono da posição negociadora de longo prazo, o abandono da parte "não convencional" da proposta do governo brasileiro, a defesa imediata do nível das reservas e tendo-se, na prática, suspenso a moratória, cabe a pergunta: então, por que foi feita a moratória?" (Página 167)*
12. ***"Tudo isto revela a falta de firmeza do Governo na condução da política do país com relação à dívida e o despreparo da máquina tecno-burocrática nas negociações externas: o zigue-zague das propostas revela improviso e os resultados obtidos, magros, revelam uma administração imprópria da dívida."***
13. *Como o governo enfrentará o **nó górdio que prende as taxas de juros internas, a inflação e o endividamento público resultante da "internação" das consequências da dívida externa?** Enquanto isto não for feito, o deficit público continuará demolindo as ilusões de controle da inflação.*
14. *Registra-se a **preocupação de muitos dos Senadores com a questão da "legitimidade" da dívida** - posto que os contratos são leoninos e foram feitos à revelia do Congresso Nacional - e com a questão da "jurisdição".*
15. ***"Chama a atenção, também, que o governo brasileiro continue pagando os gastos do "Comitê Assessor", ou seja, dos funcionários dos bancos credores que negociam a dívida. Parece uma situação esdrúxula esta de entregar-se aos credores o assessoramento da dívida e sufragar-se todos os seus gastos de viagem, representação, etc."*** (Página 169)

O Relator FHC finaliza seu relatório apresentando as seguintes sugestões para a continuidade dos trabalhos:

- a) *análise do "comércio internacional", que permitirá elucidar melhor os mecanismos que levaram o país ao atual endividamento;*
- b) *seleção de um conjunto de projetos - por exemplo, as siderúrgicas ou as hidroelétricas para aí sim, fazer-se uma avaliação quanto à procedência e uso dos recursos externos, o que permitirá responsabilizar historicamente os autores das decisões que levaram o país ao atual impasse (Entende que tal providência tem vantagem sobre decantada auditoria da dívida)*
- c) *solicitação ao BACEN informações detalhadas sobre os pagamentos feitos pelos governos brasileiros ao "Comitê Assessor" desde 1983*
- d) *solicitação ao Ministro da Fazenda que retome o fornecimento de informações sobre a negociação da dívida.*

COORDENAÇÃO DA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA